



Tribunal implanta Escritório Digital para advogados.



O Tribunal efetuou, em dezembro, a integração do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (1º e 2º Graus) à plataforma **Escritório Digital** do CNJ.

O sistema Escritório Digital foi desenvolvido pelo CNJ em parceria com a OAB e permite a integração dos diversos sistemas processuais, em uso nos tribunais brasileiros, possibilitado ao advogado a utilização de uma única interface para manuseio de seus processos eletrônicos.

A iniciativa, permitirá que os advogados gerenciem seus processos em tribunais diferentes, controlem prazos e façam petições iniciais, a partir de um mesmo sistema, de qualquer aparelho conectado à Internet.

Sistema de gestão e acompanhamento da Justiça de 1º Grau entra em funcionamento.

Atendendo solicitação da Corregedoria Geral de Justiça, o Tribunal de justiça contratou e gerenciou o desenvolvimento do sistema **TermoJúris**.



A ferramenta faz um mapeamento e apresenta, de forma gráfica, dados como taxa de congestionamento para julgamento e baixa; processos na secretaria; processos conclusos; presos provisórios; processos baixados; processos julgados; audiências; metas; produtividade, dentre outras.

O sistema permite a visualização dos dados por unidades judiciais (varas e juizados), comarcas ou polos judiciais, apresentando variáveis alinhadas aos dados regidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O projeto foi supervisionado pelo juiz Gladiston Cutrim.

Comunicação com a PMMA via Malote Digital.

O Tribunal já pode utilizar o sistema **Malote Digital** para comunicação com a Polícia Militar do Maranhão.

A iniciativa permite que documentos administrativos e judiciais sejam encaminhados e recebidos, de modo eletrônico, economizando tempo e recursos e garantindo a autenticidade dos documentos.

Tribunal disponibiliza serviço de sobreaviso de informática no recesso.

O Tribunal disponibilizou serviço de sobreaviso de informática, para suporte aos sistemas judiciais e ao plantão de 2º grau, durante todo o recesso do Judiciário.

A iniciativa atende à Resolução nº 211 do CNJ e possibilita que o funcionamento dos sistemas seja normalizado em caso de falha.

Tribunal de Justiça do Maranhão

Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Presidente

Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa
Vice-presidente

Des. Marcelo Carvalho Silva
Corregedor-Geral da Justiça

Comissão de Informática

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf
Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho

Diretoria de Informática e Automação

☎ (98) 3198-4580
✉ dirinformatica@tjma.jus.br

Atendimento ao Usuário de Informática

☎ (98) 3194-6600
✉ informatica@tjma.jus.br